

Sobre as difíceis articulações entre autoridade, solidariedade e mercado

Elisa Pereira REIS. *Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998. 318 páginas.

Brasílio Sallum Jr.

O livro *Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política* é uma coletânea de estudos que a autora já havia publicado em algumas das principais revistas acadêmicas nacionais, apresentado em congressos ou lido em conferências entre 1988 e 1997.

São onze estudos de muito boa qualidade que Elisa Reis procurou distribuir em quatro partes, segundo a natureza do seu objeto. Na primeira parte são reunidos os artigos referentes a questões de teoria social. Examinam-se aí a tensão entre o genérico e o singular nas ciências sociais, o conceito de cidadania e as obras de Durkheim e Weber como expressões intelectuais de duas visões competitivas de teoria sociológica. A segunda parte é composta de trabalhos que tomam por objeto processos histórico-concretos como o Estado nacional, as transições do Leste Europeu e da América Latina e a relação entre desigualdade e forma de solidariedade. A terceira parte do livro reúne estudos cujo foco é a articulação entre autoridade política e interesses privados em várias situações históricas brasileiras, como no processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, durante a República Velha, e nas tentativas de implementar estratégias de desenvolvimento econômico. A última parte inclui dois artigos que discutem as tensões postas pela organização burocrática do poder e pela desigualdade social para a construção da democracia no Brasil de hoje.

Embora os artigos não sejam novos, a sua reunião em livro ressalta algo que não se percebia bem de sua leitura em separado. Com efeito, o livro facilita a reconstrução, mesmo que precária, do

ângulo particular a partir do qual a autora lê a teoria social e a sociedade brasileira, perspectiva essa que se manifesta de modo variado em cada um dos estudos publicados.

Digo reconstrução, porque a própria autora preocupa-se pouco em identificar sua perspectiva. Apenas o faz rapidamente na apresentação do livro, onde justifica a escolha do título e subtítulo. Começemos por aí.

O subtítulo escolhido nos diz que o livro coleciona estudos de Sociologia Política. Não, sublinhe-se, estudos de Ciência Política. A afirmação da vinculação disciplinar não é, creio, mera expressão de fidelidade institucional, já que a autora afirma trabalhar na confluência entre a Sociologia e a Ciência Política (p. 7), recebendo influências das duas áreas. Infelizmente, Elisa Reis não mata a curiosidade do leitor desejoso de apreciar uma teorização sua acerca das diferenças entre os enfoques do sociólogo e do cientista político sobre a política.

A despeito disso, o título do livro dá boa pista da perspectiva intelectual que o informa. De fato, embora, logo no começo da apresentação, a autora afirme que seu argumento básico é a idéia de que “os processos sociais são teias de determinações e escolhas”, o próprio título *Processos e escolhas* indica qual o ângulo da vida política que lhe parece mais interessante explorar. Elisa Reis prefere examinar mais o lado das opções históricas do que o das determinações. Seu enfoque é moldado, para usar os termos dos artigos iniciais do livro, mais pelo universo teórico weberiano do que pelo durkheimiano, embora ela reconheça que as duas perspectivas são justificáveis e necessárias para o desenvolvimento da Sociologia.

Essa definição já aplaina o terreno, mas para entender-se melhor a perspectiva intelectual da autora é preciso explorar a natureza das escolhas básicas sobre as quais se debruça. Quais, dentre as inumeráveis escolhas humanas, ela seleciona como mais significativas? Quais são os sujeitos dessas escolhas? E que implicações tem este foco para a concepção de sociedade que transpira de seu trabalho?

As escolhas em torno das quais gira quase todo o livro não são aquelas de agentes individuais

ou mesmo de grupos que confrontam interesses ou idéias, mas as de sociedades que concebem distintamente, ou combinam de modo diverso, três princípios básicos de coordenação societária: a *autoridade*, a *solidariedade* e o *mercado*. Essas concepções e combinações diversas constituem, segundo a autora, opções históricas que, uma vez tomadas, produzem conseqüências que tendem a limitar as alternativas subseqüentes de cada sociedade. Tais implicações podem ser identificadas graças à comparação entre os cursos de transformação de sociedades cujas opções foram distintas.

Não se espere, é claro, que em uma coletânea se faça uma exploração sistemática das afinidades e tensões entre as três formas de coordenação societária. Nos diversos artigos isso ocorre de modo variado. No capítulo “O Estado nacional como ideologia”, por exemplo, Elisa Reis focaliza apenas dois dos princípios de coordenação mencionados, a autoridade e a solidariedade. Em “Mercado, Estado e cidadania”, diversamente, são as relações entre a autoridade e o mercado que são postas em questão. Além de variarem as modalidades de coordenação consideradas, as sociedades cotejadas são distintas, embora o Brasil constitua o pivô de todas as comparações.

Esse exercício histórico comparativo pode parecer, para alguns leitores, algo abstrato. Mas o livro nos mostra que, por meio dele, a autora foi capaz de produzir conhecimentos não triviais. É o que ocorre quando ela reexamina a questão da convergência e da divergência na dinâmica societária ao discutir as diferenças entre as transições políticas do Leste Europeu e da América Latina. Como se sabe, a tese clássica de Gershenkron é de que há certas vantagens de os países iniciarem seu desenvolvimento capitalista tardiamente, pois podem cobrir mais rapidamente as etapas já cumpridas pelos países vanguardistas desde que o Estado ganhe certa preeminência sobre o mercado. Há, no entanto, nos mostra a autora, custos ocultos nesta opção histórica. A redução de custos econômicos do desenvolvimento industrial, conseguida por meio da intervenção do Estado, tendeu a ser acompanhada pelo sacrifício maior ou menor da democracia política. Assim, a aceleração do desenvolvimento econômico teve como contrapartida a preeminência

da hierarquia sobre a solidariedade e, portanto, desvantagens políticas para aqueles países que buscaram vencer rapidamente o atraso econômico.

O argumento, porém, não se limita a abalar o otimismo dos desenvolvimentistas mais ingênuos. Se bem o entendi, ele tem implicações também sobre a tese da convergência histórica das várias vias de desenvolvimento societário.

É que a tese da convergência — de que não importa quais sejam suas opções históricas passadas, as sociedades tendem a adotar os mesmos padrões universais de coordenação — esquece que os “diferenciais de tempo podem dificultar a própria convergência” (p. 94). Assim, uma aceleração da convergência econômica entre distintas sociedades pode significar a geração de maior divergência no que diz respeito aos padrões de organização política. Nas palavras da autora, a perspectiva da convergência “ignora que as variações ocorridas no passado nas combinações das várias opções políticas, econômicas e culturais continuam sendo uma dimensão-chave na moldagem do futuro de uma sociedade”. Estas considerações não significam, porém, que Elisa Reis descarta completamente a idéia de que algum dia as sociedades convergirão para padrões similares. Seu argumento é que tão longo é o prazo em que isso pode acontecer que é irrelevante para nós, enquanto atores da história. Para ela, mais vale apostar em “uma teoria da mudança social que [...] leva em conta as conseqüências dinâmicas dos diferenciais de tempo e das opções do passado [para poder] explicar satisfatoriamente as diferenças societárias do presente [e] iluminar as potencialidades do futuro” (pp. 94-95).

Outro ponto em que o esquema central de análise da autora mostra bem suas qualidades é o capítulo em que examina a deterioração das relações de solidariedade nas grandes cidades da América Latina a partir da noção de “familismo amoral” de Edward Banfield. Esta noção nasceu de um estudo desse autor sobre a pequena cidade italiana de Montegrano, feito nos anos 50. O autor ficou impressionado ao observar que o senso de identidade dos habitantes da cidade limitava-se ao âmbito de suas próprias famílias. Daí ter criado a expressão “familismo amoral” para dar conta de

uma situação em que “a solidariedade social e o sentimento de pertencimento não ultrapassavam o ambiente familiar” e para designar “um *ethos* que excluía a colaboração fora do círculo restrito da família”.

Banfield enfatiza a dificuldade que tal forma de solidariedade oferece para o desenvolvimento socioeconômico. Sua preocupação é menor em relação às causas desse padrão de integração social, que ele vincula por vezes à estagnação econômica (p. 115). No entanto, esta é justamente a conexão que Elisa Reis procura explorar.

De início, ela observa que a vinculação entre escassez econômica e solidariedade não é unívoca: nem sempre o infortúnio resulta em corrosão da solidariedade pré-contratual e induz ao egoísmo interesseiro; por vezes, aumenta a solidariedade entre os companheiros de infortúnio. Isso implica que existem circunstâncias adicionais que ajudam a produzir a vinculação entre pauperização e falta de incentivos à participação em empreendimentos coletivos. Este é o seu ponto de partida para refletir sobre formas similares de “amoralismo” em sociedades altamente desiguais, como as latino-americanas e, em especial, a brasileira.

O ponto central do seu raciocínio é que a solidariedade não resultou, na América Latina, de processo produzido com relativa autonomia no plano societário. De fato, ela foi construída pelo Estado. Este teria produzido uma “ideologia do consentimento” (o termo é de Richard Wilson) — vinculando projeto de crescimento econômico e ideal nacionalista — que deu base para a construção de um grau mínimo de solidariedade no plano societário. Assim, “não obstante as acentuadas desigualdades sociais, políticas e econômicas na América Latina, o progresso da sociedade nacional sob a égide do Estado ofereceu os fundamentos ideológicos para a manutenção da união da sociedade.[...] O sentimento de pertencer a uma comunidade nacional exprimia a crença generalizada de que o progresso da sociedade distribuiria frutos da modernização entre um número cada vez maior de pessoas.” (pp. 119-120). Desta maneira, a força da idéia de sociedade nacional em construção teria contribuído para “deslegitimar” a existência de interesses sociais diversificados e a construção de

mecanismos autônomos, não estatais, de integração social.

Se é assim, que impacto teria produzido a crise dos anos 80 sobre os padrões de solidariedade previamente existentes? Se é que acompanho bem o raciocínio da autora, o efeito teria sido muito negativo do ponto de vista da integração social. É que, além da pauperização que a crise produziu, o Estado não foi só deslegitimado como fonte de impulsão do desenvolvimento, mas também como sustentáculo da ideologia da comunidade nacional que prometia a inclusão progressiva daquelas camadas sociais colocadas em posições inferiores de uma ordem social extremamente desigual. A pauperização e a desagregação do elo estatal da solidariedade previamente existente estariam criando as condições para manifestações de “familismo amoral”. De um lado, “as grandes massas da população que precisam lutar desesperadamente para assegurar sua sobrevivência imediata não encontram incentivo algum para a associação porque elas não podem se dar ao luxo de adiar a satisfação das necessidades, ao passo que o *ethos* dominante confia às elites esclarecidas a responsabilidade de zelar pelos pobres” (p. 123). De outro lado, “também entre os setores mais ricos parece estar crescendo a tendência para definir o espaço da comunidade em termos limitados. Quanto maior é a distância entre os segmentos sociais, mais abstrata se torna a preocupação dos que estão em cima com as dificuldades dos que estão embaixo. Teoricamente, aqueles que têm alguma coisa a perder associam diretamente a violência e a insegurança com seus temores ante a pobreza e a desigualdade, enquanto que, na prática, a incapacidade do Estado de garantir a ordem, a segurança e o bem-estar incentiva as pessoas a adotarem medidas de proteção privada”, o que tenderia a ampliar as distâncias sociais e a reforçar as concepções restritas de solidariedade (p. 125). A autora reconhece que entre os mais pobres “é possível encontrar exemplos de associação espontânea e colaboração generalizada. [...] Entretanto, a analogia com o familismo amoral se sustenta exatamente porque essas iniciativas são mantidas na esfera privada e definidas em termos limitados. Isoladas da esfera pública, [...] essas formas de solidariedade não se universalizam” (p. 125).

Certamente, não pretendo aqui seguir todas as nuances do argumento da autora. O importante é salientar que, mais uma vez, sua argumentação se constrói focalizando as implicações das opções históricas passadas — a relevância da autoridade política na construção da solidariedade em sociedades extremamente desiguais — sobre a situação presente, quando a crise acentuou a escassez econômica e reduziu a legitimidade e a capacidade efetiva do Estado. No Brasil, especialmente, o familismo amoral resultaria do encolhimento do mercado em uma sociedade muito desigual, cuja solidariedade não foi autoproduzida mas dependeu principalmente do Estado para ser construída.

As virtudes do esquema de análise — e, sublinhe-se, do seu manejo por Elisa Reis — não impedem que o leitor perceba alguns “vazios” ao longo do livro. Indo direto ao ponto, eu diria que fazem falta, muitas vezes, referências aos atores que sustentam, de forma mais ou menos conflitante, os princípios básicos de coordenação cujas conexões históricas variáveis são focalizadas ao longo do livro.

De fato, quase sempre os sujeitos das combinações particulares entre autoridade, solidariedade e mercado são as sociedades no seu todo. A elas atribuem-se as opções históricas e são elas os elementos das análises macro-históricas. Assim, reitera-se o exemplo em favor da compreensão, foram as opções passadas das sociedades de capitalismo tardio em favor da aceleração do desenvolvimento econômico mediante a intervenção estatal que tornaram sua democratização mais difícil em comparação com os países que estiveram desde o início na vanguarda do capitalismo e não ancoraram seu desenvolvimento no impulso vindo do Estado. Não há dúvida, já se viu, que se pode produzir, desse modo, conhecimento sociológico relevante. A questão é: não será ele insuficiente para dar conta de certos processos de transformação que transcorrem no presente? Ou, então, será o esquema adotado bastante bom para analisar os processos mesmos de escolha histórica ocorridos no passado, opções que depois de consumadas podem ser tomadas como objeto da análise histórico-comparativa?

Se não for inteiramente injusto usar um texto de Elisa Reis como resposta para uma pergunta que

ela não fez, eu diria que a própria autora concorda com as limitações do seu esquema de análise. Pois, não é ela mesma que introduz o sujeito “oligarquia cafeeira” ou “oligarquias” quando cuida de mostrar a emergência, no Brasil, do processo de intervenção do Estado do domínio econômico? Com efeito, a análise da política cafeeira na Primeira República é tomada por ela como estímulo para refletir sobre as interações dinâmicas entre Estado e interesses sociais. E, então, o que em outras partes do livro será tomado como opção já feita pela sociedade, a ser cotejada com outras diferentes, realizadas por sociedades distintas, é entendido nesse passo como produto da luta dos cafeicultores por subordinar o Estado aos interesses de manutenção da lucratividade da lavoura do café.

O problema é que nem sempre a autora procede desse modo. É o que se vê, por exemplo, no capítulo “O Estado nacional como ideologia — o caso brasileiro”. Ao final deste texto ela se pergunta: para qual direção apontam as mudanças em curso nos padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade? Estaríamos, por fim, escapando ao círculo autoritário? A resposta chega a ser surpreendente. Mesmo depois de constatar os avanços ocorridos durante e depois do regime autoritário no que se refere às condições materiais e político-burocráticas do Estado-nação, a autora não detecta sinais relevantes de mudança importante na relação tradicional Estado/sociedade que vem dominando o país por muitos decênios. Diz ela: “[...] mesmo nos grandes centros urbanos onde se concentra o maior e mais antigo contingente de cidadãos, influências da ideologia autoritária de construção do Estado nacional ainda se fazem sentir. Mesmo o descontentamento e o desejo de mudar com frequência dizem respeito aos detentores circunstanciais do poder, e não ao papel de tutela que o Estado exerce sobre a sociedade. E não poderíamos esperar que fosse diferente, visto que a modernização da sociedade brasileira se deu sob a égide do Estado” (pp. 86-87). Em face desse domínio da ideologia autoritária, o que vislumbra a autora como saída transformadora, democratizante? Para ela, “as perspectivas atuais de democratização no Brasil estão amplamente condicionadas à consolidação de mecanismos institucionais que

criem as bases para uma consciência crescente dos direitos humanos”.

O que chama a atenção aqui é não é tanto o pessimismo da análise ou o otimismo da recomendação. É a ausência de qualquer referência analítica às forças sociais e políticas que mudaram ou eventualmente possam mudar a relação Estado/sociedade. Ou, então, às forças sociais e políticas que sustentaram a ideologia autoritária do Estado. Onde estão o movimento operário e os movimentos sociais que colocaram em xeque o Estado autoritário desde os anos 70? Onde estão as organizações novas ou renovadas, enraizadas em diferentes situações socioeconômicas, que ocuparam o espaço público durante a Nova República? É essa falta que surpreende no trabalho da autora, quer dizer, a ausência de um tratamento analítico dos confrontos entre forças sociais e políticas que foram uma característica marcante dos anos 80. Se é verdade que as tensões e afinidades entre princípios de coordenação social são elementos centrais para a caracterização de cada situação histórica, elas só se efetivam em cada conjuntura graças aos atores coletivos que portam, de forma mais ou menos conflitante, os diferentes pólos da autoridade, da solidariedade e do mercado.

Não creio que haja aqui qualquer “esquecimento” das forças sociais e políticas que podem contestar ou defender a relação Estado/sociedade. Ou que a autora, inadvertidamente, deixe de mudar de registro teórico quando passa do universo histórico-comparativo para o âmbito propriamente histórico, da transformação social situada em tempo e espaço definidos. Talvez ocorra aí uma dificuldade real de tratar teoricamente os conflitos societários. Dificuldade que é da própria disciplina. De fato, desde o desencanto ocorrido em relação ao marxismo recolocam-se perguntas do tipo: quem são os agentes do conflito societário no mundo moderno? há um conflito societário central que ordena os demais? qual a natureza das coletividades que produzem e reproduzem a vida societária nos dias de hoje?

Esta ordem de questões ocupa a primeira parte do último artigo da coletânea, “Pobreza, desigualdade e identidade política”. Aí a autora chama a atenção tanto para o esvaziamento histó-

rico das classes sociais enquanto principais categorias geradoras de identidades coletivas, como para sua “desarmonia com as novas identidades coletivas” que vêm adquirindo importância nos dias de hoje — gênero, raça, etnia.

Não há dúvida que esta tem sido a percepção majoritária sobre a questão no interior da Sociologia. O entendimento da dinâmica societária a partir da teoria das classes tem, portanto, caído em desuso. Infelizmente, a Sociologia não produziu teoria sobre a dinâmica do conflito societário que pudesse substituir com vantagem a antiga teoria das classes. Em decorrência, os sociólogos tendem a usar, em seu lugar, noções meramente descritivas para os diversos estratos socioeconômicos ou categorias funcionais.

Obviamente, essas questões não dizem respeito apenas ao livro em discussão. Mas esta coletânea de trabalhos de Elisa Reis, além de ensinar sobre a sociedade, tem a qualidade de instigar o leitor a pensar sobre os problemas do nosso tempo e da Sociologia, esta ciência inquieta, eternamente jovem. E isso certamente não é pouco.

BRASILIO SALLUM JUNIOR

é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

Sindicatos: crise ou declínio no final do século?

Leôncio Martins RODRIGUES. *Destino do sindicalismo*. São Paulo, Edusp, 1999. 335 páginas.

José Ricardo Ramalho

Construído ao longo do século XX como um poder político de resistência às formas de controle e dominação estabelecidas pelo modelo fordista de produção; reforçado, no pós-guerra, pela presença de governos social-democratas em vários países, o movimento sindical tem sido duramente atingido pelas mudanças de um mundo capitalista globalizado, em que as empresas impõem aos trabalhadores a precarização das garantias e direitos do trabalho e uma grande instabilidade no emprego.

Com o propósito de compreender esse momento, ao qual alguns se referem como de “crise”, outros como de “declínio” do sindicalismo, e no qual muitos percebem um momento de dificuldades para os sindicalistas, de busca de alternativas visando manter o poder de barganha e preservar a capacidade de exercício da ação política de conjunturas anteriores, existe já um conjunto significativo de análises e pesquisas refletindo a variedade de situações e a especificidade dos diversos países.

Em *Destino do sindicalismo*, Leôncio Martins Rodrigues desenvolve sua análise na busca de tendências gerais para a instituição sindical a partir da experiência recente dos países altamente industrializados, nos quais se registram quedas nas taxas de sindicalização e nos índices de greve. O livro merece atenção ao menos por dois motivos: (a) trata-se de um ambicioso e bem-sucedido projeto de mapear os problemas do sindicalismo, utilizando uma extensa bibliografia internacional, em que os mais importantes pesquisadores europeus e americanos são resenhados para fornecer um quadro amplo das principais questões; (b) expõe a posição assumida ante o debate por um reconhecido pesquisador da questão sindical no Brasil.

Logo de início, uma questão central é ressaltada: seria a “dessindicalização” que se observa nos

países mais industrializados a expressão de uma crise, ou apontaria ela para o declínio do sindicalismo? Segundo distinção do próprio autor, crise não é necessariamente sinônimo de agonia e supõe a possibilidade de superação, ao passo que declínio significaria a perda inexorável de vitalidade. Trata-se de uma questão polêmica. Alguns especialistas usam argumentos de peso para provar que a crise parece ser de um determinado tipo de sindicalismo, e não da instituição sindical. Nesse aspecto, no entanto, Leôncio Martins Rodrigues tem posição clara: “o que parecia, na década de 70, ser uma crise que atingia o sindicalismo de alguns países, e não de outros, foi adquirindo, na década dos 80, o caráter de um declínio, à medida que o tempo corria e o sindicalismo, num número crescente de países, não encontrava respostas satisfatórias para pôr fim à persistente redução de seus filiados e dos espaços que havia conquistado após a Segunda Guerra Mundial.” (p. 21).

Diversas tabelas e muitos dados, apresentados nos primeiros capítulos, são utilizados para caracterizar o declínio. O autor percorre várias experiências mostrando a queda nas taxas de sindicalização em países bastante diferentes quanto à organização das relações de trabalho, sistema político e à própria organização sindical. Mas reconhece que a especificidade de cada país e o entrosamento do modelo de relações de trabalho “com outros mais universais, como as mudanças de tecnologia, no mercado de trabalho, nos modos de gestão das empresas”, tornam difícil a formulação de hipóteses explicativas gerais.

Não se encontra, no livro, uma postura discriminatória com relação aos autores com diferentes posições políticas, ideológicas e metodológicas, o que enriquece a análise. Ao longo do texto o autor afirma a crença de que o cientista social pode ficar acima das posições em debate. Neste sentido, o exercício constante de relativização de todas as posições torna a leitura interessante porque mostra, muitas vezes, na apresentação dos dados, casos que contradizem a tese do declínio. Por exemplo, mesmo com as grandes dificuldades enfrentadas nos últimos anos pelos sindicatos de trabalhadores fabris e de serviços coletivos, registrou-se um aumento da participação sindical dos empregados

do setor público, bem como um crescimento na proporção de mulheres e nos níveis de escolaridade do movimento sindical, o que, em termos numéricos, sustentou as taxas globais de sindicalização e manteve o sindicalismo na ordem do dia da política.

Os indicadores utilizados sugerem também que, nos principais países industrializados, o declínio da taxa de greves é a tendência dominante. “Além disso, em certos casos, as quedas nacionais nas taxas de sindicalização e de greve, quer dizer, a redução da força do sindicalismo como instituição e como movimento, parecem fortemente influenciadas por uma mesma causa: o declínio da importância de segmentos da classe trabalhadora mais propensos à greve.” Mas, nesse aspecto, novamente o próprio autor admite que as estatísticas sobre a frequência do conflito comparadas com as relativas ao declínio da proporção de sindicalizados não provam que os declínios nos níveis de sindicalização sejam responsáveis pelas quedas nas taxas de greve. “Há indicações de que onde os níveis de sindicalização são elevados, os sindicatos tiveram mais capacidade de reação, sendo a greve uma expressão dessa capacidade.” (pp. 152-154).

Na segunda parte do livro são discutidas as causas do recuo do sindicalismo a partir de uma diferenciação importante entre fatores políticos e econômicos. O argumento é o de que quando os fatores são de natureza político-institucional (tais como estratégias empresariais anti-sindicais, burocratização das organizações e incompetência de lideranças sindicais, ascensão de governos hostis, legislação anti-sindical), parte das perdas nas taxas de sindicalização pode ser vista como recuperável. No entanto, se as causas principais do declínio do sindicalismo estão relacionadas com alterações na economia, na tecnologia, no mercado de trabalho ou na estrutura social, considera-se que as perspectivas da instituição sindical tenderão a ser mais negativas.

Reforçando o argumento, Leôncio Martins Rodrigues considera que “o efeito das novas tecnologias integra o campo dos fatores que vêm levando ao que tem sido denominado de ‘fragmentação de interesses das classes trabalhadoras’. Na realidade, a fragmentação não vem apenas de mudanças

tecnológicas, mas de um conjunto de alterações na área produtiva e no mercado de trabalho que aumentam as diferenciações no interior das classes trabalhadoras, dificultam a unificação de suas demandas e, conseqüentemente, diminuem sua coesão e solidariedade e fazem com que os sindicatos encontrem muita dificuldade para exercer o seu papel tradicional de representação.” Um conjunto de fatores pode ser arrolado, segundo ele, para justificar o debilitamento da solidariedade dos trabalhadores: a dispersão da produção, a redução da dimensão das unidades de fabricação e o aumento da produção em pequenas empresas; a maior mobilidade do capital internacional; a tendência a acordos por empresas e locais de fabricação; a flexibilização da produção e das normas e regulamentos que regem tarefas, hierarquias e as carreiras dos empregados; a maior heterogeneidade da força de trabalho em virtude do aparecimento de novas profissões e da maior presença da mulher e dos imigrantes no conjunto da mão-de-obra (p. 177). O resultado desses novos desenvolvimentos, afirma o autor, não é o fim (ou o começo do fim) apenas do velho modelo taylorista-fordista, mas também da velha classe operária sobre a qual se apoiara o sindicalismo como fenômeno de massa.

No que diz respeito às relações do sindicalismo com os partidos no poder, Rodrigues identifica algumas tendências: partidos de esquerda tendem a promover legislações que favorecem os sindicatos; partidos de direita tendem a baixar leis que reduzem o poder sindical. No entanto, adverte que essas tendências só se efetivam se todos os demais fatores forem iguais. “Na prática, há tipos diferentes de partidos de direita e de esquerda, vínculos diferenciados dos partidos com as organizações, além, obviamente, dos efeitos de outros elementos do meio social, econômico, tecnológico e cultural que afetam as políticas governamentais diante das organizações sindicais.” (p. 233).

O reconhecimento da complexidade que significa a combinação desses fatores é um dos destaques do livro. O autor admite que a organização sindical, suas estratégias, suas tradições e valores constituem uma variável de tipo político-institucional que, à luz da história do sindicalismo

e das teorias das organizações, não pode ser deixada de lado. “As respostas do sindicalismo não são apenas reações determinadas automaticamente a mutações ambientais, mas decorrem também de transformações que se dão nos sindicatos enquanto organização [...]” (pp. 260-264).

Na parte final do livro há um relato sobre as respostas sindicais à situação de crise e as alternativas que têm sido experimentadas, classificadas como: (a) respostas de natureza coletiva, dirigidas para os trabalhadores como grupo, envolvendo, conseqüentemente, as estratégias sindicais clássicas de mobilização (mais agressivas ou menos agressivas, dependendo do contexto) e assumindo, às vezes, um componente político, quando implicam a busca de apoio em partidos ou no governo; (b) respostas orientadas para o trabalhador individual; e (c) respostas organizatórias referentes a modificações na própria estrutura sindical (p. 274). O autor apresenta também um resumo das opiniões dos pesquisadores sobre as perspectivas da instituição sindical, considerando que as variações dependem das inserções políticas dos analistas e do modo como encaram o sindicato em situações de crise. Aqueles que pensam em termos da revitalização do sindicalismo consideram que seria necessária a formação de outro tipo de movimento sindical, mais democrático, menos burocratizado, mais dinâmico, mais capaz de atrair as minorias étnicas, os trabalhadores marginalizados e os não-organizados. “Nesse tipo de ampliação da atuação é enfatizada a necessidade de os sindicatos darem mais atenção para os problemas que afetam os trabalhadores como cidadãos. Entram nessa classe as reivindicações que interessam às minorias étnicas, a atenção a questões que se referem especificamente às mulheres, aos aposentados, à defesa do meio ambiente, às reivindicações democráticas, de modo geral.” (p. 280).

Mas, que ninguém se iluda, alerta Leôncio Martins Rodrigues: as recomendações de revitalização em geral chocam-se “com a realidade industrial, social, política e cultural dos tempos de globalização. [...] As empresas estão numa posição confortável para enfrentar as organizações sindicais, o que significa dizer que uma estratégia sindical não vem apenas da vontade dos sindicatos, mas depen-

de também do tipo de política adotada pelas empresas, as quais, nessas últimas décadas, têm tido a iniciativa das mudanças.” (p. 290).

A conclusão geral é um exercício de prognóstico sobre o futuro do sindicalismo. O próprio autor reconhece que tal exercício tende a ser influenciado pelas convicções políticas e ideológicas de cada um e pelo país a partir do qual os autores focalizam seu objeto: “não seria preciso ressaltar que os pesquisadores mais favoráveis aos sindicatos inclinam-se a vislumbrar saídas para o movimento sindical, enquanto os mais hostis acham que os sindicatos terão muita dificuldade para sobreviver no tipo de *habitat* que se delinea para o século XXI.” (p. 295).

Embora preocupado em tentar reduzir a interferência ideológica e evitar generalizações ou prognósticos precipitados, Rodrigues não resiste à tentação de sugerir tendências e fazer prognósticos, incorrendo nos perigos que identifica na análise de outros autores. Nesse processo, como os outros pesquisadores, ele precisa demarcar o seu entendimento do que sejam os sindicatos, e aqui sua concepção mais restrita (“organizações permanentes de trabalhadores assalariados formalmente destinadas a tentar obter vantagens para seus associados ou para o conjunto dos trabalhadores mediante negociações com as empresas e o Estado, pressões políticas e outros meios de atuação”) contém elementos que, ao nível formal, inviabilizariam a consideração de várias outras atividades sindicais que vêm sendo desenvolvidas.

O fato de pensar o futuro do sindicalismo sem fazer uma separação entre instituição e movimento, enfatizando a necessidade de que haja “alguma dose de movimento social, de oposição, de potencial conflitivo”, além de não excluir a possibilidade de mudanças de estratégias, de aparecimento de novas táticas, de colocação de novos objetivos (p. 295), revela, na verdade, um enfoque bastante perspicaz dos efeitos das transformações pelas quais passa o sindicalismo, embora se mantenha dentro de uma concepção mais estreita e formal sobre as funções da instituição sindical.

No entanto, a opção do autor não contempla a grande quantidade de alternativas que vêm sendo criadas pelos sindicatos para enfrentar as

dificuldades da conjuntura atual: “Na hipótese de que os atuais sindicatos assumam predominantemente funções que hoje são preenchidas por entidades que organizam segmentos populacionais não-assalariados, como ordens de profissionais (médicos, advogados e outras profissões liberais), cooperativas, movimentos sociais policlassistas, sociedades de amigos de bairro, ONGs de defesa ecológica ou de outra natureza, sociedades de auxílio mútuo, o próprio fundamento da representação sindical estaria transformado.” (p. 297). Para ele, uma mutação do sindicalismo na direção desse tipo de entidades deveria ser entendida como uma modalidade de declínio do sindicalismo tal como ele existiu, com suas várias faces, no mundo ocidental.

Considerando que o sindicalismo não é apenas o resultado de processos econômicos e tecnológicos, que o poder sindical está também vinculado a outros componentes do sistema político e cultural, as observações finais do autor vão no sentido de considerar que todos esses fatores podem ter efeitos maiores ou menores sobre a organização sindical, embora tendam a ser negativos. O prognóstico sobre o destino do sindicalismo como instituição no interior da sociedade de serviços, considerando ambas as instituições abstratamente, é de “uma instituição condenada a ocupar uma posição subalterna na sociedade pós-industrial, porque todos os fatores que favoreceram sua expansão passada não mais existem ou se reduziram significativamente”. Para Rodrigues, “as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical, embora a extensão desse espaço possa ser diferente quando se avaliam sociedades nacionais específicas. A conclusão vai, portanto, a favor da idéia do recuo do sindicalismo à medida que avança a desindustrialização.” (p. 301).

A publicação de *Destino do sindicalismo* é certamente oportuna no contexto atual da discussão sobre o sindicalismo no Brasil. Embora a nossa realidade tenha características particulares, as questões tratadas ao longo do texto aplicam-se também ao caso brasileiro e ajudam a pensar os destinos do nosso sindicalismo. E a análise de Leôncio Martins Rodrigues sobre os outros países

acaba tendo o efeito de confirmar seu posicionamento também sobre o sindicalismo no país. Sua perspectiva negativa e um tanto “hostil” com relação ao futuro do sindicato e sua descrença nas novas alternativas e estratégias experimentadas em vários lugares do mundo, no entanto, não invalidam a qualidade do seu trabalho intelectual, nem a necessidade de ler o livro e discuti-lo. Mas algumas dúvidas permanecem. Se o sindicato já passou por tantas dificuldades e períodos de recuo e “crises”, já foi tantas coisas, serviu a tantos fins, foi instrumento de tantas lutas diferenciadas, agrupou tão variados tipos de trabalhadores, esteve inserido em tanta contestação política e econômica diferente, por que traçar agora uma fronteira tão radical a partir da qual o que se delinea é a sua liquidação? Por que não pensar em termos da organização de trabalhadores, estabelecer continuidades e rupturas práticas e formais e reconhecer transformações?

JOSÉ RICARDO RAMALHO

é professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

O making of da implantação do projeto corporativo no Brasil

Angela ARAÚJO. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta*. São Paulo, Scritta, 1998. 384 páginas.

Marco Aurélio Santana

A sociedade contemporânea vive, hoje, um processo de intensas mudanças. Um dos aspectos que têm sido mais discutidos diz respeito ao lugar do trabalho no mundo atual. Isso porque os impactos dessas mudanças no chamado mundo do trabalho têm sido enormes. Dentre eles, deve-se mencionar o intenso ataque a que têm sido submetidas todas as formas de regulamentação das relações de trabalho. Em nome de uma suposta modernização dessas relações implementasse, de forma radical, a proposta de sua desregulamentação. Nos seus diversos níveis, as regulamentações que garantiam aos trabalhadores algum tipo de segurança dentro e fora do trabalho têm sido desmontadas, uma a uma, ao redor do globo.

O Brasil não está fora deste quadro. Afoitos seguidores das vogas internacionais, nossos governos e elites têm se esmerado em dar sua cota de contribuição ao desmantelamento de todas as formas anteriores de proteção aos trabalhadores, que por aqui já não eram tão numerosas como as que desfrutaram os seus pares europeus que viveram sobre o chamado *welfare state*.

A montagem da estrutura de regulamentação do trabalho no Brasil ocorre com o advento da revolução de outubro de 1930, associada às formas de regulamentação da organização dos trabalhadores. Daí ter sofrido críticas severas tanto de setores do patronato, como de setores do movimento operário e sindical. Era protetora demais, na visão dos empregadores, e controladora demais na visão dos trabalhadores. Apesar de todas as críticas e ações contrárias à sua implantação, esta estrutura produziu um verdadeiro milagre de durabilidade,

servindo, praticamente intacta, a democracias e ditaduras.

Hoje, no bojo de todo o processo de desmantelamento e flexibilização das regulamentações, muitos pesquisadores têm se preocupado com esta questão e seus impactos sobre a vida dos trabalhadores dentro e fora do mundo do trabalho. O livro de Angela Araújo vai na direção contrária e, retornando no tempo, analisa exatamente como se estabeleceu o projeto corporativo no Brasil. Por isso mesmo, dá uma contribuição importante ao debate. A compreensão do dismantelo não se completa sem se entender melhor o processo de montagem. E esse entendimento, algumas vezes, foi realizado com certas limitações. *A construção do consentimento* nutre-se de análises anteriores mas apresenta, para além delas, uma interpretação rica empírica e teoricamente, lançando luz sobre aspectos importantes de um período crucial de nossa história.

Utilizando-se da formulação teórica de Gramsci acerca da *revolução passiva*, a autora percorre um itinerário que a leva, e a seus leitores, para dentro das idéias, projetos e atores que auxiliaram, cada um a seu modo, na constituição e implantação do projeto autoritário-corporativo em nosso país, ou seja, de uma organização corporativa da vida política e social brasileira, significando organização e representação corporativa das classes sociais. Desta forma pensava-se poder equacionar, por exemplo, a contradição capital/trabalho, a partir do desenvolvimento de um Estado nacional que incorporasse as tensões sociais, dirimindo-as para o bem comum.

No Brasil, essa perspectiva de organização social deu-se sob uma forma *inclusiva*, já que “visava a incorporação política, sob controle, dos trabalhadores, e não sua exclusão” (p. xix). Assim, os trabalhadores, até então sem nenhum tipo de reconhecimento por parte do Estado que não fosse a força dos cassetetes, passam a ser pensados como co-partícipes na consolidação de um projeto social que se visava construir por dentro do Estado, transformando, “pelo alto”, as antigas estruturas sociais. No que diz respeito aos trabalhadores, isso significava que, em troca do reconhecimento e inclusão nos novos moldes propostos, nos quais teriam algumas de suas históricas reivindicações

atendidas, eles teriam de submeter-se às formas de controle estabelecidas. No que diz respeito ao Estado, este trocaria o controle intensificado e renovado sobre o trabalho pela inclusão dos trabalhadores e a garantia de alguns de seus direitos. Para ambas as partes este projeto significava ganhos e perdas. Segundo a autora, “a política estatal voltada para os trabalhadores continha inegável dimensão positiva, em que pesem os aspectos negativos de repressão e manipulação” (p. xix).

Apesar de levar em conta algumas das visões recorrentes na literatura sobre o tema, Angela Araújo não se prende muito a algumas das conclusões por elas defendidas. Por exemplo, mesmo reconhecendo o papel da repressão, não deixa de indicar que, para além dela, outros elementos concorreram no processo de integração do movimento operário e sindical autônomo às esferas do sindicalismo oficial introduzido no Brasil pela Lei de Sindicalização, Decreto 19.770, de 1931. Ela demonstra, de forma bastante substanciada, como algumas forças do movimento de trabalhadores, situadas à esquerda do espectro político, contribuíram, junto com o chamado *sindicalismo amarelo*, de cunho mais conservador, na efetivação prática de tal estrutura.

Não foi apenas a repressão, ou o desejo conciliador de determinadas lideranças do movimento dos trabalhadores, que empurraram o movimento autônomo para a oficialização e maior controle do Ministério do Trabalho. Está claro que esses fatores estiveram presentes na montagem da estrutura. Entretanto, o fator central, na visão da autora, é que com a implantação do projeto corporativo os trabalhadores, pela primeira vez na história do Brasil, passaram a ser reconhecidos como interlocutores importantes para os governantes. A cooptação assumiu aqui um destacado papel. Assim, ao mesmo tempo em que tinha interesses óbvios no controle do movimento sindical autônomo, o governo implantado no pós-1930 supria determinadas demandas já históricas dos trabalhadores. Desta forma, a regulamentação das relações de trabalho pelo governo, se por um lado permitia a este manietar, ainda que relativamente, as formas organizativas dos trabalhadores (por exemplo, com a exigência da unicidade sindical, a proibição

de práticas de associativismo horizontais etc.), por outro abria para a força de trabalho novas possibilidades ante os patrões (por exemplo, a cobrança de direitos agora estabelecidos na lei).

A luta daqueles que tentaram se contrapor aos ditames da regulamentação não foi fácil. A autora demonstra, de forma detalhada, como os anarquistas, únicos a levarem até o fim seu posicionamento contra o sindicato oficial, viram minguar seu poder de inserção no movimento sindical. Mesmo forças como os comunistas e os trotskistas, inicialmente contrárias à integração, acabaram por se submeter às novas condições. Foi-lhes difícil concorrer com os sindicatos oficiais, por exemplo, após o governo definir, na Lei de Férias (1934), que só os associados aos sindicatos oficiais poderiam desfrutar de tais direitos. Além disso, pesava o fato de que, nos moldes corporativos, a nova Carta constitucional de 1934 garantia “aos sindicatos oficiais o direito à representação classista nos legislativos estaduais e federal” (p. 201).

O livro de Angela Araújo faz uma interessante reconstituição do ideário que presidiu a implantação do projeto autoritário-corporativo em nosso país. Na primeira parte a autora indica o instrumental teórico que lhe servirá de fio condutor. A obra de Gramsci aparece em primeiro plano.

A segunda parte do livro trata do processo de construção do projeto autoritário-corporativo. A idéia de que o Estado assumiu um papel preponderante nesse processo é levada em conta; porém, como indica a autora, não se poderia deixar de perceber o papel desempenhado pelos atores sociais seja no sentido da formulação de seus projetos, seja na tentativa de sua implantação. É neste aspecto que o trabalho traz uma contribuição de extrema relevância.

A autora analisa a visão de intelectuais como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos e, sem forçar um determinismo descabido, indica as possibilidades de influência de tais idéias na conformação do projeto. Indica, também, como, apesar de suas diferenças, o *tenentismo* pode ter representado um chão fértil para a penetração daquele ideário nos princípios norteadores do governo, onde os tenentes tiveram, num primeiro momento, forte

influência. Além disso, analisa as origens do corporativismo a partir de processos como a criação do Ministério do Trabalho e o estabelecimento da Lei de Sindicalização de 1931. Esta parte é interessante por demonstrar como o ideário corporativo já habitava o conjunto das idéias em jogo em fins dos anos 20 e que havia distintos projetos corporativos. Mesmo no interior do grupo no poder o projeto corporativo não era homogêneo. O livro tece pontual, porém fina, análise sobre as tensões entre, por exemplo, os *tenentes* e setores da oligarquia gaúcha representados no Governo Provisório por Lindolfo Collor. Neste sentido, são examinadas também as propostas da burguesia a respeito do projeto corporativo.

A terceira parte do livro trata da constituição e consolidação do sindicalismo corporativo, pensado como uma das peças fundamentais do projeto corporativo. Em um primeiro momento são analisadas as estratégias de cooptação implementadas pelo governo e as estratégias de resistência por parte dos trabalhadores. São examinados os processos grevistas de 1930, 1931 e 1932, movimentos liderados por setores do sindicalismo brasileiro identificados com o sindicalismo autônomo que enfrentaram o governo não só por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, mas também buscando escapar da oficialização. Muitos desses movimentos, embora demonstrassem o ânimo do sindicalismo livre, foram sufocados pela intransigência patronal, mas também pela ambigüidade do governo, que transitava entre a mediação e a repressão. Nesta parte encontra-se a análise das relações estabelecidas entre o movimento dos trabalhadores e a chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Segundo a autora, os revolucionários constitucionalistas não viram com bons olhos as mobilizações dos trabalhadores e as identificaram com a “agitação comunista”, o que, para os revoltosos, incluía Vargas, os *tenentes* e quem mais a eles se associasse.

Depois de analisar o que seriam as últimas tentativas do sindicalismo livre de se manter na ativa, a autora mostra de que forma as lideranças sindicais de então, membros de grupos militantes diferenciados — anarquistas, *amarelos*, socialistas, comunistas e trotskistas —, deram, cada qual à sua

maneira, seu quinhão na montagem do sindicalismo corporativo.

Se pudéssemos dispor as lideranças sindicais, esquematicamente, em um eixo temporal de inserção na estrutura sindical oficial, viriam os *amarelos* e socialistas primeiro, depois os trotskistas e, a seguir, os comunistas. Por fora viriam os anarquistas, que não aceitaram o sindicato oficial mas também acabaram se enfraquecendo e chegando à quase extinção. Os *amarelos* foram os primeiros a insistir na importância desse tipo de reconhecimento. Os trotskistas, embora o questionassem duramente no início, acabaram revendo sua posição e se inserindo na estrutura oficial, para não deixar *as massas* sob a influência única da burguesia e do Estado. Os comunistas, apesar da resistência, acabaram cedendo, e mesmo que, como os trotskistas, dissessem que lá estavam criticamente, deram sua contribuição para a aceitação do novo tipo de sindicato que estava sendo proposto. No caso, principalmente, de trotskistas e comunistas, não deve ser esquecido o *esvaziamento* de seus sindicatos e de suas propostas políticas no meio operário por conta das benesses oferecidas pelo governo àqueles trabalhadores que se integrassem nas fileiras do sindicato oficial. No caso dos comunistas, pesaram também as novas orientações da Internacional Comunista, que, depois da política de *classe contra classe* da virada dos anos 20 para os anos 30, assumiu uma política de conciliação com os sindicalistas reformistas e socialistas.

A ação de trotskistas e comunistas, mais dos primeiros, pode, segundo a autora, ser elucidativa da relação estabelecida entre o Estado e o movimento dos trabalhadores no início dos anos 30. Para a implantação de seu projeto corporativo, o Estado e os setores à sua frente necessitavam garantir certos direitos à organização dos trabalhadores, de modo a sustentar sua política de colaboração de classes. Quem estivesse dentro destes moldes legitimava-se como interlocutor dos trabalhadores e defensor de suas demandas junto ao governo. Quem estivesse fora deles sofreria a falta de reconhecimento, a exclusão e a repressão. A entrada, porém, não era isenta de limitações. Segundo a autora, a visão de que se entrava para questionar foi se mostrando bastante difícil de se

manter na prática, principalmente no caso dos trotskistas, cujo discurso e prática eram adotados quando o grupo se colocava à frente de entidades oficiais. Desta forma, conjugando cooptação e repressão, o governo conseguiu constituir a base de sustentação onde fincaria as raízes de seu projeto corporativo. Porém, as dificuldades não se colocaram somente do lado dos trabalhadores; a implantação do projeto corporativo não seria tranqüila também para o governo.

Na última parte do livro a autora demonstra como o sindicalismo corporativo conviveu com formas de insubordinação política. Analisa o desenvolvimento hegemônico do sindicalismo oficial em seus primeiros anos de implantação e indica como, a partir da Constituição de 1934, ele começa a se projetar como liderança no ascenso dos movimentos grevistas, contidos desde 1932. Conforme assinala: “[...] a implantação do sindicalismo corporativista no período 1933/1934 foi marcada pela ambigüidade e por uma dinâmica contraditória. De um lado, as medidas adotadas pelo governo conseguiram impulsionar a implantação da estrutura sindical, trazendo para dentro dela não só os trabalhadores mas também suas principais lideranças — para não falar de segmentos importantes das classes patronais. De outro, se a adesão das lideranças sindicais independentes foi fundamental para dar vida a esta estrutura, para fazer dela um instrumento efetivo de representação dos interesses dos trabalhadores, ela colocou, ao mesmo tempo, uma dificuldade para a realização plena do projeto corporativo, na medida em que procurou transformar este sindicalismo num instrumento de luta e conflito e não de colaboração, como estava previsto na concepção governamental.” (p. 293). Foi a partir deste tipo de contradição, entre o projeto e a prática de implantação do corporativismo, que as forças de esquerda conquistaram importantes postos na estrutura sindical e tentaram, ainda que com reduzido sucesso, reeditar formas de organização autônomas.

Com esta visão a autora escapa da concepção simplista, muito utilizada nas análises acerca do sindicalismo do período 1945-1964, que atribui a este uma orientação de colaboração de classes simplesmente por atuar *por dentro da estrutura*.

Que a ação era limitada, não resta a menor dúvida. Porém, daí a reduzi-la à colaboração de classes vai uma distância enorme.

O sindicato corporativo que se desenvolveu após 1930 sob a égide do Estado tinha como orientação original manter-se como uma organização passiva, apolítica e de colaboração de classes. Contudo, após a Constituição de 1934, em um clima de intensa euforia liberalizante e com lideranças progressistas, ele não pôde cumprir tais desígnios. Ao organizar e/ou capitanear greves, não pôde ser passivo nem de colaboração. Também pôde manter-se apolítico em uma conjuntura preta de tensão social e política.

Contudo, isso não duraria por muito tempo. Em 1935, em um crescente clima de tensão, que ameaçava não só o projeto sindical corporativo mas também o próprio arranjo no poder, o governo, lançando mão da Lei de Segurança Nacional (LSN), decide reprimir a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que catalisava os movimentos de oposição ao governo, e intervir duramente nos sindicatos. O cenário recrudescer ainda mais com a tentativa de insurreição da ANL, em novembro. Esta forneceu o alibi necessário para um maior endurecimento do regime. Como indica a autora, o governo aproveitou-se deste pretexto para “promover um verdadeiro processo de degola das lideranças sindicais independentes e combativas, aniquilar todas as agremiações políticas de esquerda e fechar todos os canais por meio dos quais os trabalhadores pudessem expressar-se autonomamente” (p. 309). Será a partir deste processo, já no Estado Novo, que o governo irá incrementar a implantação do corporativismo, derrotando o sindicalismo livre.

Apesar de um desfecho tão sombrio naquela conjuntura, a história posterior do movimento dos trabalhadores brasileiros demonstra que, apesar de todas as pressões, o sindicalismo de corte progressista continuou a se impor, *por dentro da estrutura*, trazendo sérios reveses à “incorporação tranqüila e pacífica dos trabalhadores”. Se o sindicato livre acabou fenecendo como prática concreta, também é verdade que os trabalhadores, mesmo limitados pelas condições estabelecidas, continuaram buscando construir seus espaços de autonomia.

Resumindo, devo dizer que o livro de Angela Araújo é um trabalho essencial para a reconstituição da trajetória do movimento sindical no Brasil. Articulando rigor teórico e densidade empírica, e mantendo um distanciamento crítico tanto em relação à literatura quanto em relação ao posicionamento dos grupos militantes no sindicalismo de então, a autora fornece aos leitores um rico quadro do processo de montagem e implantação do projeto corporativo — e todo o seu conjunto de regulamentações — em nosso país, sem esquecer de destacar as práticas tanto de *acomodação* quanto de *resistência* empreendidas pelos trabalhadores e suas lideranças. Por isso, torna-se leitura indispensável para todos aqueles que desejam não só compreender um pouco melhor o passado deste movimento, como também entender o processo de desmonte ora em curso.

MARCOAURÉLIO SANTANA

é professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Repensar a industrialização a partir do desenvolvimento local sustentável

Cécile RAUD. *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1999. 276 páginas.

Sergio Schneider

Os estudiosos dos processos sociais e econômicos, além de poderem comemorar a retomada dos debates acerca do desenvolvimento, também podem celebrar a renovação dos objetos de análise e os enfoques teóricos que se vêm empreendendo neste campo. Hoje o interesse na temática do desenvolvimento incorpora dimensões nunca antes mencionadas, como a da sustentabilidade ambiental, da participação política das comunidades envolvidas e da regulação institucional local destes programas.

O livro de Cécile Raud, *Indústria, território e meio ambiente no Brasil*, insere-se nesta perspectiva inovadora visando à discussão das possibilidades do desenvolvimento econômico de países como o Brasil em meio a um cenário internacional em mutação. A autora aborda o tema da industrialização e do desenvolvimento por um enfoque analítico muito pouco conhecido na literatura econômica e sociológica brasileira. Seu objetivo é avaliar, à luz da experiência italiana, os traços e as características da experiência de industrialização do Estado de Santa Catarina como exemplo de um processo bem-sucedido de descentralização do desenvolvimento econômico.

Talvez resida aí um dos aspectos instigantes de seu trabalho, que poderá estimular o debate em torno da viabilidade e da pertinência de um país como o Brasil passar a estimular processos de descentralização industrial que contribuam para amenizar os graves problemas sociais e ecológicos gerados pela concentração econômica e geográfica

da matriz industrial. Embora Raud reconheça o papel de indução das empresas em uma sociedade capitalista, sua proposta analítica alinha-se ao lado daqueles que acreditam no papel das instituições de caráter não privado e nos mecanismos públicos de intervenção e regulação social para o planejamento e organização da economia em uma era de mudanças. Neste sentido, seu trabalho é pioneiro porque revela que os processos de desconcentração industrial não são uma panacéia das teorias heterodoxas, mas, ao contrário, como indica seu estudo sobre o caso catarinense, pode-se encontrar formas de industrialização descentralizada, de trajetória muito recente, cuja análise traz à luz resultados bastante diferenciados em relação ao modelo dominante.

O primeiro capítulo do livro compõe-se de três seções destinadas a uma revisão da experiência da Terza Italia, região central da Itália onde se verificou um processo de industrialização baseado, fundamentalmente, na combinação de sinergias da economia local com uma inserção *sui generis* no mercado nacional e internacional de mercadorias, processo esse descrito pela literatura recente como de industrialização difusa. No Brasil, vários pesquisadores vêm citando o caso italiano como ilustração para justificar argumentos em defesa das “formas alternativas de desenvolvimento”. Por esta razão, a revisão que Raud realiza da literatura contribuirá inequivocamente para ampliar o conhecimento dos brasileiros sobre o que é, de fato, este processo de industrialização difusa.

Logo no início, a autora chama a atenção para a distinção fundamental entre os termos industrialização difusa, descentralização industrial e distritos industriais, muitas vezes confundidos. Os distritos podem ser interpretados como um projeção particular da industrialização difusa. A descentralização constitui-se em uma de suas características e, às vezes, pode ser apenas uma fase deste processo. A industrialização difusa italiana caracteriza-se, segundo Raud, por redes de pequenas e médias empresas concentradas em uma cidade ou num território, cada qual especializada em um estágio do processo de produção de um mesmo tipo de bem e ligada ao mesmo mercado.

A industrialização difusa “não é concebida como fruto do *laissez-faire*, nem o resultado de

uma política voluntarista, mas se trata de uma *construção social do mercado, de um desenvolvimento apoiado sobre e modelado pelas características sociais*” (p. 27). Esta forte interação das firmas e do mercado com o ambiente onde se inserem dá-se a partir de mecanismos específicos de regulação tanto formais como latentes. Os formais são dados pelas organizações políticas locais, especialmente as agremiações de empresários e trabalhadores e o poder público. Os mais importantes, porém, são os mecanismos informais de regulação, e neste sentido a reciprocidade interfirmas assume grande importância. Em muitos casos estas relações são até mesmo mais relevantes que a troca mercantil. Segundo Raud, essa reciprocidade está assentada em relações de interconhecimento, de amizade, de confiança e de parentesco que têm como base as famílias extensas, formas sociais típicas das sociedades rurais.

Os distritos industriais italianos estão localizados no nordeste-centro do país, em regiões como Emília-Romagna, Vêneto, Trentino-Alto-Adige, Friuli-Venezia Giulia, Toscana, Marche e Umbria, relativamente próximos ao triângulo industrial de Gênova, Turim e Milão, e difundiram-se rapidamente nas décadas de 1960 e 1970. Para alguns autores, como Piore e Sabel (1989), eles revelam uma nova fase do capitalismo industrial, caracterizada pela “especialização flexível”. Outros, no entanto, como Bagnasco e Triglia (1993), sugerem que sua existência deve-se a um conjunto de situações favoráveis fortemente ancoradas no contexto local. Não obstante essas divergências interpretativas quanto ao significado desses distritos para a economia industrial, parece haver consenso entre os estudiosos acerca de suas características recentes e do ambiente que permitiu sua emergência.

Após analisar extensa bibliografia, Raud conclui que os distritos industriais italianos também se ressentem dos problemas que afetam outras estruturas industriais, como a concorrência estrangeira e as conseqüências da reestruturação e da modernização tecnológica, com o agravamento do desemprego, o crescimento das pressões sindicais por melhores salários e, mais recentemente, as alterações provocadas no ambiente local pela contrata-

ção crescente de trabalhadores migrantes do Magreb e da África. Em muitos casos, estes problemas modificaram significativamente as características originais do modelo italiano.

Da leitura desta excelente revisão teórica é quase inexorável que o leitor se ponha a seguinte questão: é possível reproduzir tal modelo de desenvolvimento? A resposta de Raud é de que há restrições de variadas ordens que obstaculizam as possibilidades de reprodução autônoma e independente deste modelo de industrialização, mesmo em situações em que possa contar, virtualmente, com o apoio explícito do Estado. Nesta parte vale a pena reproduzir, sinteticamente, argumentos de outros estudiosos do assunto, como Ganne (1992), que considera que a experiência italiana não pode servir de modelo para a compreensão de casos similares devido às especificidades que cada situação envolve. Para superar este e outros limites, Courlet (1994) propôs a noção de *sistema produtivo localizado*, mais abrangente, de modo a permitir a análise de outras situações, em outros contextos que não o italiano ou o europeu.

A partir desta moldura analítica, no segundo capítulo é abordado o processo de industrialização ocorrido em Santa Catarina, centrando-se a análise no setor têxtil de Blumenau, localizado no vale do rio Itajaí, e no pólo moveleiro de São Bento do Sul, situado no nordeste do estado. A experiência catarinense é então comparada à italiana visando uma avaliação do “potencial de uma estratégia alternativa de bioindustrialização descentralizada” no Brasil (p. 108). Aí percebe-se com clarividência a influência exercida pelo seu orientador de tese, professor Ignacy Sachs, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, pesquisador renomado e muito conhecido no ambiente acadêmico brasileiro. Esta influência se dá pela incorporação da idéia do ecodesenvolvimento, a partir da qual a autora se põe a discutir as perspectivas do desenvolvimento industrial descentralizado no Brasil nos marcos da sustentabilidade ambiental.

O livro de Cécile Raud soma-se ao esforço, do qual também compartilho (Schneider, 1999), de divulgar as possibilidades analíticas da perspectiva teórica inaugurada pelos estudiosos da industrialização difusa. Seu trabalho inova ao romper com as

fronteiras disciplinares que muitas vezes asfixiam a produção do conhecimento em ciências sociais, revelando uma adequada e rigorosa combinação de conceitos da Economia, da Sociologia e da Geografia, que talvez lhe tenham sido legados por sua origem intelectual francesa.

Em *Indústria, território e meio ambiente no Brasil* o leitor também encontrará o justo resgate da contribuição de um geógrafo que por longos anos dedicou-se ao estudo das particularidades do processo de industrialização catarinense. A obra de Armen Mamigonian talvez esteja para os catarinenses como a de Jean Roche está para os gaúchos. Ambos os autores, geógrafos de formação e de origem estrangeira, dedicaram-se a analisar em profundidade as razões históricas e estruturais que distinguem os processos de industrialização destes dois estados do sul do restante do Brasil. Aqui o argumento é simples: no Sul, ao contrário do que ocorrera em São Paulo, o processo de acumulação de capital estaria fortemente vinculado aos mercados locais, produzindo uma dinâmica econômica específica baseada nas trocas mercantis realizadas entre os pequenos proprietários rurais de origem européia, que com a venda de seus produtos agrícolas obtinham recursos que lhes possibilitava a aquisição de mercadorias dos comerciantes locais. Muitas vezes estes donos de casas de comércio eram os compradores dos produtos dos agricultores e os revendedores de mercadorias manufaturadas ou gêneros alimentares. Com o lucro auferido, alguns desses “vendeiros” passaram a aplicar seu capital em atividades industriais, quase sempre formando sociedades com alguns artesãos que dominavam o *savoir-faire*.

Tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, esse tipo de transação econômica teria favorecido a formação de um mercado local de produtos manufaturados e alimentares, permitindo a expansão de atividades industriais e a acumulação de riqueza fora do centro dinâmico da economia brasileira. Além disso, o fato de serem regiões habitadas por imigrantes de origem européia, segundo Raud, teria contribuído de modo decisivo para forjar um ambiente social, econômico e cultural muito similar ao encontrado na região da Terza Italia. Assim, a mão-de-obra qualificada, o espírito

empreendedor, o papel das instituições locais e a acumulação de capital advinda do comércio dos produtos primários constituíram-se nos requisitos fundamentais para fazer deslanchar o processo de industrialização. Mas o estudo de Raud também contempla a importância dos aspectos exógenos que contribuíram para a industrialização catarinense, como é o caso do apoio do Estado e das mudanças mais gerais que se processavam na economia brasileira ao longo da industrialização por substituição das importações.

Raud não realiza apenas uma abordagem interessante do processo de industrialização catarinense, como também apresenta o potencial dos seis principais pólos regionais de desenvolvimento do estado, extraíndo lições comparativas dos casos do setor têxtil da região de Blumenau e do setor moveleiro de São Bento do Sul. Mais do que isto, chega a afirmar que em atividades de expansão recente no Estado de Santa Catarina, como a fruticultura (especialmente no oeste catarinense), a aqüicultura (especialmente no litoral) e a silvicultura (especialmente no planalto catarinense), talvez se encontrem formas embrionárias de um novo modelo de desenvolvimento de menor impacto ambiental e menos marcado pelos desequilíbrios demográficos e econômicos, identificadas como “experiências de bioindustrialização descentralizadas” (p. 155). Para cada uma destas iniciativas a autora vislumbra formas de organização social e produtiva como as cooperativas, as associações, as indústrias caseiras, os condomínios, as empresas comunitárias, que poderiam constituir-se em formas renovadas de garantia da sustentabilidade sem comprometer sua viabilidade econômica.

A leitura deste capítulo do livro deixa no leitor a agradável sensação de que “algo ainda pode ser feito” para reverter ou apresentar alternativas ao modelo concentracionista do desenvolvimento industrial brasileiro. A autora lista uma série de exemplos de iniciativas locais e regionais que levam à reflexão sobre a viabilidade de ampliação do modelo de descentralização industrial para outras regiões brasileiras, além de sugerir temas de pesquisa a serem aprofundados em outros trabalhos. E conclui com uma indagação fundamental: em que medida a perspectiva do ecodesenvolvi-

mento se ajusta com a abordagem da industrialização difusa?

Mas a contribuição da autora não termina aí. O terceiro e último capítulo do livro é reservado à apreciação das perspectivas da industrialização difusa no Brasil à luz das lições extraídas do processo de industrialização de Santa Catarina. A adoção do modelo de industrialização assentado nas pequenas e médias empresas, semelhante ao italiano, é apontada como uma possibilidade remota se este for concebido desvinculado de um ambiente que permita uma interface entre empresas e setores industriais. Aos interessados no debate das políticas públicas que poderiam contribuir para a desconcentração econômica e industrial no Brasil, esta seção do livro apresenta recomendações sugestivas, especialmente àqueles que gostam de extrair das análises propostas concretas.

Em razão desta opção, o trabalho de Raud passa a perseguir respostas a questões que em certa medida até surpreendem pelo modo como são formuladas. A autora enfrenta a difícil e ousada tarefa de discutir as chances de novas estratégias de industrialização descentralizadas no contexto brasileiro a partir da redefinição (ou atuação, para sermos mais enfáticos) do papel do Estado nas políticas científica e tecnológica e industrial. Na sua opinião, caberia ao Estado, “em primeiro lugar, fornecer um ambiente que permita a emergência de uma competitividade sistêmica” (p. 255). No entanto, ela não reivindica uma atuação estatal semelhante àquela que patrocinou, “de cima para baixo”, a industrialização brasileira. Ao contrário, sugere uma “reterritorialização das políticas de desenvolvimento”, fortemente apoiadas na noção de “governança”. Contudo, mais importante que sua incursão na análise das propostas de políticas públicas parece ser a incorporação da reflexão sobre a gestão territorial como uma variante pouco utilizada no ordenamento do desenvolvimento brasileiro recente.

Ao leitor por certo não escapará que a obra representa uma significativa contribuição ao debate sobre o desenvolvimento e os modelos de industrialização. Por estas razões, *Indústria, território e meio ambiente no Brasil*, de Cécile Raud, é um livro vivamente recomendável que certamente

contribuirá ao debate acerca das possibilidades de descentralização da matriz econômica dominante. Se o caso de Santa Catarina é indicado como exemplo, no sentido de apontar para um outro padrão de industrialização que cresceu e se desenvolveu à sombra desse processo, talvez isto represente um convite e uma sugestão para uma agenda de pesquisas que retome a reflexão sobre a história do desenvolvimento recente do sul do Brasil a partir de um novo enfoque analítico.

Referências bibliográficas

- BAGNASCO, A. e TRIGLIA, C. (1993), *La construction sociale du marché. Le défi de la Troisième Italie*. Paris, Cachan/Editions de l'Ens.
- COULET, C. (1994), "Le systèmes productifs localisés, de quoi parle-t-on?", in C. Coulet e B. Soulangue (eds.), *Industrie, territoires et politiques publiques*, Paris, l'Harmattan.
- GANNE, B. (1992), "Place et évolution des systèmes industriels locaux en France: économie politique d'une transformation", in G. Benko e A. Lipietz (eds.), *Les régions qui gagnent*, Paris, PUF.
- PIORE, M.J. e SABEL, C.F. (1989), *Les chemins de la prospérité. De la production de masse à la spécialisation souple*. Paris, Hachette.
- SCHNEIDER, S. (1999), *Agricultura familiar e industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS.

**SERGIO SCHNEIDER é professor
do Departamento de Sociologia e do
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.**